

IBDESC

FAED - Departamento de Biblioteconomia

BIBLIOTECA



CENTRO UNIVERSITARIO
DE INVESTIGACIONES
BIBLIOTECOLOGICAS

SANTA CATARINA: Mercado de trabalho na área de Biblioteconomia -
situação atual e perspectivas futuras.

Trabalho efetuado pela equi-
pe de Professores do Departa-
mento de Biblioteconomia da
FAED.

INFOBILA

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Mercado de trabalho
 - 2.1 Bibliotecas Públicas
 - 2.2 Bibliotecas Escolares
 - 2.3 Bibliotecas Universitárias
 - 2.4 Bibliotecas Especializadas
3. Análise e resultado
4. Conclusão
5. Fontes consultadas
6. Anexos

MERCADO DE TRABALHO NA ÁREA DE BIBLIOTECONOMIA: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS

1. INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo apresentar a atual situação, bem como as perspectivas futuras do mercado de trabalho na área de Biblioteconomia em Santa Catarina, em função da reativação do curso de Biblioteconomia da Faculdade de Educação da UDESC, que, em setembro de 1980, fora notificado de sua desativação em virtude do alto custo e da alegação de que o mercado de trabalho estaria saturado, devido a existência de dois cursos na cidade de Florianópolis.

O objetivo proposto, será apresentado em termos de:

- a - Dimensionar o mercado de trabalho em Santa Catarina;
- b - orientar o curso de Biblioteconomia em função das várias necessidades de informação detectadas no Estado;
- c - propor uma reforma curricular a fim de atender o item b, adequando a orientação do curso;
- d - racionalizar os custos do curso através de um melhor aproveitamento dos recursos humanos e físicos, já disponíveis na UDESC.

Inicialmente pretendia-se apresentar um documento que abrangesse todos os objetivos citados acima. Entretanto, entende-se que os itens c e d devam ser estudados posteriormente, uma vez que um novo currículo mínimo de Biblioteconomia está em vias de ser aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Consequentemente, a definição da estrutura do curso bem como as necessidades de recursos humanos, ficam na dependência desse currículo.

2. MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho enfoca as seguintes áreas de necessidades informações dos catarinenses: público em geral; público escolar (pré-escolar,

1º e 2º graus) público universitário (3º grau); e grupos especializados (empresariais, industriais, governamentais, etc.).

2.1. BIBLIOTECAS PÚBLICAS (Informação para o público em geral)

Conforme dados do IBGE, (anexo 1) seria aquela a situação em Santa Catarina, no ano de 1976.

Das 187 bibliotecas levantadas pelo IBGE, 111 estão registradas no INL (Instituto Nacional do Livro). Dessas 111 registradas, 85 receberam a última doação do INL (dez./1980) o que significa que estão ficando com a documentação como com a prestação de contas, em dia. Das 85 bibliotecas, 32 fazem parte do Sistema de Bibliotecas Públicas de Santa Catarina, (SBPSC) e dessas, 10 já possuem bibliotecários. O total de profissionais nessas bibliotecas perfaz 13, porque a de Joinville, possui 3 em seu quadro.

Cumpr-se informar que, das 10 bibliotecas que já possuem bibliotecários, 3 foram admitidos depois da criação do Sistema de Bibliotecas Públicas de Santa Catarina.

2.1.1. Padrão utilizado pela FIAB (Federação Internacional de Associações de Bibliotecários) para medir necessidades de pessoal em bibliotecas públicas: 3.000 hab./1 bibliotecário.

Tendo em vista a realidade catarinense: unidade da Federação de um país no qual o reconhecimento da utilidade da informação como condição indispensável para participação de todos no processo de desenvolvimento, está ainda em fase de maturação, o SBPSC, procurou ajustar o padrão, apresentando duas possibilidades: uma considerava solução a curto e outra, a médio prazo.*

A curto prazo:

3.000 habitantes X 10 = 30.000/1 bibliotecário.

* apud, a curto prazo 1 a 2 anos e a médio 3 a 7 anos, segundo Martins, M. G. Planejamento bibliotecário. São Paulo, Ploneira, 1980. p. 39.

Logo 24 municípios requerem 53 bibliotecários os demais 173 municípios juntos, requerem 78, total = 131 bibliotecários.

A médio prazo:

3.000 habitantes X 5 = 15.000/ 1 bibliotecário

Logo 62 municípios requerem 158 bibliotecários, os demais 135 municípios juntos, 54, total = 212 bibliotecários.

2.2. BIBLIOTECAS ESCOLARES (Informação para público escolar)

A Lei 5692, de agosto de 1971, estabelece "melhoria progressiva do ensino, o aperfeiçoamento e a assistência ao magistério e aos serviços de educação; o desenvolvimento científico e tecnológico" o que exige, consequentemente mais pesquisa por parte do aluno ao nível de suas necessidades e maior apoio didático para o professor. Entretanto o que se tem constatado, desde a criação desta Lei é a constante ausência das Bibliotecas Escolares, ou qual quer melhoria nas já existentes. Estudando esta problemática, um grupo de bibliotecários e professores no município de São Paulo, chegou a conclusão que: "Escolas de 1ª e 2ª graus que funcionam com mais de 20 classes, devem criar um cargo para bibliotecários".

Baseados nesta proporcionalidade regional brasileira, apresenta-se o seguinte quadro, com dados oficiais de 1980 em Santa Catarina.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DE 1ª E 2ª GRAUS:

Nº de Unidades		Nº de Alunos	Nº de Docentes
Pré	493	35.579	1.791
1ª	7.494	689.514	28.683
2ª	316	95.246	5.852
TOTAL	8.303	810.339	36.331

Fonte: Boletim Informativo. SUDODI, Florianópolis, 2(4):7-9, mar. 1981.

Com base no estudo feito em São Paulo, cada 1.000 alunos (20 classes) requerem 1 bibliotecário, logo, o total 810.339 alunos requerem um total de 810 bibliotecários.

Se porém for tomado por base estudos feitos em outros países, onde a proporcionalidade indica para cada 2.000 alunos, um profissional habilitado, o total 810.339 alunos requereria 405 bibliotecários.

Ressalta-se aqui, que não foram considerados os docentes, os quais, conforme o quadro, formam um número bastante representativo que merece, consequentemente, atenção especial.

2.3. BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

O Ensino Superior em Santa Catarina conta com 21 instituições. Dessas, a UFSC tem o quadro próprio da Biblioteca Central, que mantém uma lotação fixa de 16 cargo/emprego de bibliotecário apresentando, no momento apenas 1 cargo ocupado.

De acordo com a legislação MEC/Resolução 18/77, para fins de reconhecimento de Cursos de Nível Superior, a instituição obriga-se a ter 1.000 volumes sobre a área específica a ACAFE que possui 20 Instituições, englobando um total de 98 cursos deverá contar com um mínimo de Para utilização efetiva desse acervo a ACAFE conta com apenas 13 bibliotecários distribuídos em 11 instituições.

2.4. BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS (Informação para grupos especializados)

O anexo 1, mostra que no Estado de Santa Catarina, há 22 bibliotecas especializadas, de acordo com os dados levantados pelo IBGE, em 1976.

Nota-se que o índice não expressa a realidade atual já que há uma defasagem de 6 anos.

Para detectar-se o mercado em potencial, já que não há uma fonte constatando o mercado real, foi feito um levantamento das empresas e indústrias catarinenses por área de produto, especificando-se o número de empresas com

mais de 1.000 empregados (anexo 2).

Do total de 2.562 empresas, 38 possuem mais de 1.000 empregados.

A especificação do número de mais de 1.000 empregados foi uma forma de classificar as maiores empresas do Estado que possivelmente absorverão o profissional de biblioteconomia, se já não o absorveu.

3 Entretanto nada impede que empresas menores não sintam a necessidade desse serviço. A Associação Catarinense de Biblioteconomia (ACB) consta - tou, recentemente, a existência de bibliotecários nessas empresas.

Das 38 maiores empresas, de acordo com o Cadastro Industrial 78/79 de Santa Catarina, as 11 que se destacam concentram-se em Joinville e Blumenau, conforme abaixo:

Joinville	Empregados	Biblioteca
Fundação Tupy	7.587	X
Cia. Hansen Industrial	3.505	X
Ind. de Refrigeração Consul S.A.	3.796	-
Cia. Industrial de Plásticos	1.514	-
Casimiro Silveira S.A. Ind.Com.Textil	-	-
Malharia Arp. S.A.	-	-

Blumenau	Empregados	Biblioteca
Indústria Textil Cia. Hering	9.146	-
Artex S.A. Fábrica de Art. Tex.	5.754	-
Sul Fabril	2.346	-
Teka-Tecelagem Kuehnrich S.A.	1.820	-
Electro Aço Altrona S.A.	1.142	-

Das empresas especificadas, apenas duas contam com bibliotecas, isto mostra uma total falta de conscientização dos empresários no valor da informação para o accleramento e eficácia das atividades empresariais, bem como da biblioteca, como fonte de lazer e estímulo ao trabalho.

Segundo Perma et alii, "as bibliotecas especializadas e de pesqui

as e os serviços de informação a elas associados apoiam o trabalho de instituições de pesquisa, de departamentos e agências governamentais, e de empresas industriais e comerciais. Logicamente aquelas que servem a instituições no setor público podem com maior facilidade ser integradas ao plano nacional do SIB (Serviço de Informação e Biblioteca). Os objetivos das bibliotecas especializadas derivam diretamente dos objetivos dos pesquisadores e outros profissionais que servem. Elas têm normalmente uma clientela conhecida e limitada com interesses identificáveis". (10:32)

Para identificar-se tais interesses é necessário que seja feita uma pesquisa de campo para detectar-se as reais necessidades de informação empresarial no Estado, bem como, promova-se uma política de conscientização junto aos empresários, mostrando o real valor da disseminação da informação especializada para o desempenho empresarial com eficácia, levando-se em consideração os custos-benefícios e a mão de obra especializada de cada empresa individualmente, e a sua participação no contexto técnico, social e econômico nacional.

3. ANÁLISE E RESULTADO

Visto que o Estado possui 197 municípios, destes, 187 possuem bibliotecas, sendo que 177 não tem bibliotecário, contra apenas 10 que contam com este profissional nas bibliotecas públicas.

Municípios aqui englobados em forma de UCRES, que totalizam 19, possuem 8.303 unidades de ensino de pré, 1ª e 2ª graus, que perfazem um total de 810.339 alunos somados a 35.331 docentes e desse global apenas 4 possuem bibliotecários, conforme a ACB. Pelos padrões mínimos adotados, o Estado necessitaria de 405 profissionais para a rede estadual de ensino, isto a longo prazo. A curto prazo, sugere-se uma alternativa mínima de 1 bibliotecário por quadro de cada UCRES, como coordenador das bibliotecas escolares para as subdivisões regionais de cada Coordenadoria.

Quanto as necessidades no Ensino Superior, salienta-se que 9 instituições subordinadas a ACAFE ainda não contam com o profissional em seus quadros. Salienta-se que há instituições que são constituídas de um bloco de cursos (às vezes 4 ou mais) que estão a exigir maior número desse profissional, se

considerar a necessidade de expandir-se quantitativa e qualitativamente serviços e acervos.

Das empresas levantadas no presente trabalho constatou-se apenas a existência de 3 bibliotecas. Este fato leva a concluir seja a falta de conscientização por parte das empresas no que diz respeito ao valor do tratamento da informação especializada e atualizada para o efetivo andamento empresarial.

As demais empresas ou autarquias oficiais necessitam de uma averiguação mais pertinente para constatar-se o número de profissionais necessários.

4. CONCLUSÃO

Baseado no levantamento do mercado, constatou-se que no Estado de Santa Catarina há várias realidades no que diz respeito a necessidade de informações e de maior carência do profissional, principalmente se for considerado que os dois cursos de Biblioteconomia (UDESC e UFSC), nos seus 7 anos de funcionamento formaram 258 profissionais, número que não supre o necessário para preencher o mercado de trabalho. (cf. grupo de trabalho UFSC/UDESC).

Se uma das Metas do Ensino Superior no Plano Estadual de Educação é "proporcionar a expansão de vagas no ensino superior na ordem de 8% ao ano", (9:140) e considerando-se que o decreto presidencial (anexo 3) impede a abertura de novos cursos de ensino superior e que segundo o mesmo Plano, gestão 80/83 "0,6% da população do Estado de Santa Catarina está matriculado no 3º grau, enquanto a média nacional é de 1,2%. Destarte, Santa Catarina, requer ainda, impulsos para uma oferta de matrículas no ensino superior em ritmo que ultrapasse o crescimento nacional que é de 7,2% ao ano". (9:144-5). Isto vem de encontro a estimular a continuidade dos cursos já existentes para proporcionar a abertura de vagas constante.

A alegação de que o mercado de trabalho já estaria saturado não foi constatado. E se, dos já formados há ainda alguns que não foram absorvidos por ele, não significa que não haja necessidade do profissional, o que falta é propagar os serviços que poderão ser prestados pela classe para esse mercado, na comunidade catarinense.

O mercado de trabalho levantado justifica um Curso de Biblioteconomia estruturado a partir das características sócio-econômico-culturais do Estado. Pressupõe-se que a UDESC, Universidade para o Desenvolvimento do Estado, assumirá esta responsabilidade. Assim sendo, tem sentido a reativação do curso de Biblioteconomia da UDESC orientado para oferecer duas áreas de especialização: uma em Bibliotecas Públicas e Escolares e outra em Informação Especializada e Bibliotecas Especializadas.

No que diz respeito aos custos convém salientar que o Plano Estadual de Educação enfatiza que "é impossível ao sistema fundacional colocar o custo de ensino nas mãos dos alunos. Em primeiro lugar porque tornaria proibitivo o acesso ao ensino superior e perderia a clientela e, em segundo lugar, por se tratarem de órgãos instituídos pelo poder público com importante função social a cumprir. A contribuição do Governo da União às instituições não-Federais de Ensino Superior, é, hoje irrisória, ficando em torno de 200 milhões de cruzeiros anuais, ou seja, menos de 1% do que aplica em suas 43 instituições". (9:140).

É plano do Departamento de Biblioteconomia da FAED que o Curso a partir da reestruturação, fique junto a área de Administração para que possa melhor racionalizar os custos, espaços físicos e recursos humanos que poderão então ser aproveitados.

Com a reestruturação do curso se prevê formar um profissional voltado para os problemas sócio-econômico-político-cultural objetivando facilitar o acesso do usuário à informação adequada às suas necessidades; propondo-se que o mesmo fique acoplado a FEAG. Tal decisão viria inclusive, racionalizar custos, recursos humanos e espaços físicos.

5. FONTES CONSULTADAS

1. BOLETIM INFORMATIVO, Florianópolis, Secretaria da Educação, 2 (4): 7-9, mar. 1981.
2. CARVALHO, A.E.F; CASTRO, C.N.; BUENO, N. Projeto de pesquisa sobre bibliotecas escolares do município de São Paulo. In: Congresso Brasileiro & Jornada Sul Riograndense de Biblioteconomia e Documentação, 9, Porto Alegre, 1977. Anais... p. 296-309.
3. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS. Seção de Bibliotecas Públicas. Normas para bibliotecas públicas. São Paulo, Quirca, 1976. 49 p.
4. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Guia de bibliotecas brasileiras - 1976. Rio de Janeiro, 1979. 1018 p.
5. _____. Sinópsis preliminar do censo demográfico: Santa Catarina 1980. Rio de Janeiro, 1981.
6. MARTINS, M. G. de. Planejamento bibliotecário. São Paulo, Pioneira, 1980. 166 p.
7. SANTA CATARINA. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Cadastro industrial 78/79. Santa Catarina. Florianópolis, 1980. 360 p.
8. _____. Secretaria da Educação. Unidade de Documentação e Informática. Municípios e distritos componentes das UCRDs. Florianópolis, 1981. 26 p.
9. _____. Secretaria da Educação. Plano Estadual da Educação. Quadrênio 1980/1983. Florianópolis, 1980.
10. SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E BIBLIOTECA: um manual para planejadores. São Paulo, Pioneira/IEL, 1979. 224 p.

Tabela 1

Bibliotecas no Estado de Santa Catarina

TIPO BIBLIOTECAS	TOTAL BIBLIO TECAS	TIPO DE CLASSIFICAÇÃO			TIPO DE CATÁLOGO				
		DEWEY	C.D.U	OUTROS	DICIONÁRIO	SISTEMÁTICO	AUTOR	TÍTULO	ASSUNTO
Universitária	23	18	4	2	2	2	11	9	11
Escolar	562	137	94	251	14	23	55	83	111
Outras Não Especializadas	30	6	5	18	-	2	7	9	6
Especializadas	22	10	5	5	-	2	8	9	6
Pública Popular	187	63	57	42	5	18	27	36	30
Total de Bibliotecas em todo Estado de Santa Cata rina	824	234	165	318	21	47	108	146	164



SUGESTÕES do CURSO de BIBLIOTECONOMIA e DOCUMENTAÇÃO da UFPR à
PROPOSTA de REFORMULAÇÃO do CURRÍCULO MÍNIMO de BIBLIOTECONOMIA.

2. DIRETRIZES para o NOVO CURRÍCULO MÍNIMO

O bibliotecário é o profissional que seleciona, reúne, organiza e dissemina o conhecimento registrado em materiais bibliográficos e multimeios, objetivando facilitar o acesso do usuário à informação adequada às suas necessidades, através dos sistemas de informação, que compreendem bibliotecas e serviços de documentação de todos os tipos.

Como informação adequada deve ser entendida a informação para a tomada de decisões, a pesquisa, a educação formal e informal, a sobrevivência física e social, assim como os usos recreativos dos meios de comunicação.

Como necessidades do usuário devem ser entendidas aquelas do indivíduo, bem como as do grupo social caracterizado pelas dimensões sócio-econômicas-culturais da região geográfica de atuação do profissional.

Na sua atuação o bibliotecário relaciona-se com profissionais das demais áreas do conhecimento e de diversos níveis de educação. Necessita, portanto, de um repertório mais abrangente para uma interação produtiva, além de sensibilidade ampla a todas as manifestações do seu meio.

O seu campo de atuação específico, a Biblioteconomia, é a relação entre o usuário, o conhecimento e os suportes materiais que registram o conhecimento. O objeto de estudo da Biblioteconomia, por referir-se a esta relação entre elementos dinâmicos e mutáveis, está em contínua constituição, devendo o seu ensino orientar-se ativamente em torno de princípios gerais.

Por outro lado, o conhecimento da Biblioteconomia com o conhecimento e sua disseminação, demanda ensino/aprendizagem que fundamente uma participação mais ativa do bibliotecário nos problemas relativos à informação.

Estas observações iniciais relativas ao ensino do objeto e do objetivo da Biblioteconomia permitem a identificação de três grandes grupos de matérias para o seu ensino, assim distribuídas:

- I - Matérias de fundamentação geral, que estruturam teóricas e práticas da ciência e da profissão, bem como os seus fins.



exercício da profissão. Referem-se ao ambiente externo e permitem ao estudante identificar variáveis contextuais que têm implicações na geração, organização e disseminação da informação, nas características dos seus usuários e das instituições envolvidas no processo de organização/disseminação da informação. Contribuem para a formação profissional, somando consciência social à competência especializada. Tais matérias são: 1. Teoria do conhecimento. 2. Registros do Conhecimento Humano e sistemas de informação. 3. Comunicação. 4. Problemas sócio-político-econômicos do homem brasileiro.

II -Matérias instrumentais que servem como meios indispensáveis para a atuação profissional, e que são: 1. Psicologia Social. 2. Redação Técnica. 3. Métodos e Técnicas de pesquisa científica. 4. Processamento de dados.

III -Matérias de formação profissional. Tratam da ciência da informação, ou seja, das propriedades, comportamentos e efeitos da informação, efetuando sua identificação, coleta, organização, armazenagem, recuperação, transmissão e utilização. Tais matérias referem-se a funções, papéis e tarefas, examinando os princípios e processos aplicáveis ao desempenho profissional. São: 1. Utilização da informação. 2. Produção e controle bibliográfico de informação. 3. Administração de sistemas de informação. 4. Coleta e Organização da Informação. 5. Processamento e disseminação da informação.

Este currículo estruturado em grandes áreas ou matérias, apresenta essencialmente, um esforço para superar a compartmentação de disciplinas, crítica comum ao ensino de Biblioteconomia no país. Tal estrutura permite, ainda, enfatizar princípios ao invés de minúcias e detalhes técnicos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

3

Um dos princípios que orientam esta organização curricular é o de permitir maior flexibilidade às várias instituições de ensino de Biblioteconomia na composição de seus currículos plenos.

O outro, referente aos objetivos, é o de propiciar a formação do bibliotecário, também ele um crítico usuário da informação registrada.

INFOBILA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

11702 - 0001

REAGRUPAMENTO das MATÉRIAS do CURRÍCULO MÍNIMO

I. MATÉRIAS de FUNDAMENTAÇÃO GERAL

1. Teoria do Conhecimento
2. Registros do Conhecimento Humano e Sistemas de Informação
3. Comunicação
4. Problemas sócio-político-econômicos do homem brasileiro

II. MATÉRIAS INSTRUMENTAIS

1. Psicologia Social
2. Redação Técnica
3. Métodos e técnicas de pesquisa científica
4. Processamento de dados

III. MATÉRIAS de FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1. Utilização da Informação
2. Produção e controle bibliográfico da informação
3. Administração de sistemas de informação
4. Coleta e organização da informação
5. Processamento e Disseminação de informação

22



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

UNIFESP - F001

ção da teoria à sistemas de informação. Planejamento, organização e administração de sistemas de informação. Elaboração e avaliação de projetos.

Objetivos:

- Preparar para aplicação de princípios e técnicas de administração na organização de sistemas de informação.
- Desenvolver atitude crítica e a habilidade de identificar alternativas para tomada de decisões.
- Desenvolver a capacidade para utilizar uma linguagem adequada ao diálogo com administradores e poderes públicos, no desempenho de suas funções.
- Desenvolver a capacidade para definir, planejar e implementar projetos de organização ou reorganização de sistemas de informação.

4. Coleta e Organização da Informação

Ementa:

Princípios de seleção. Política de formação, desenvolvimento e preservação do acervo. Aquisição: formas, recursos, planificação e sistemática. Princípios e técnicas de avaliação do acervo.

Objetivo:

- Estudar a adequação do acervo aos objetivos dos serviços de informação.

5. Processamento e Disseminação da Informação

Ementa:

Propriedades, comportamento e efeitos de informação. Análise de assunto. Linguagens de indexação. Descrição de documentos. Serviços de disseminação de informação.

Objetivos:

- Estudar a ciência da informação como área de investigação ocupando-se dos eventos que contribuem para a transferência da informação.
- Aplicar o processo de indexação, definindo princípios, téc-



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

- nicas e problemas de análise de assunto.
- Estudar princípios de descrição, aplicando-os a qualquer tipo de documento.
 - Aplicar normas de documentação nacionais e internacionais.
 - Estudar princípios e técnicas para o desempenho dos serviços de disseminação da informação.

Curitiba, 03 de outubro de 1980.

Marina Zeni Guedes
Marina Zeni Guedes
CRB-9/87

Rosina Alice Albina Praster Pazin
Rosina Alice Albina Praster Pazin
CRB-9/51



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

instrumental necessário à elaboração: a) de relatórios e projetos, bem como para comunicação com a administração superior e com os usuários dos serviços bibliotecários; b) de resumos e esquemas.

3. Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica

Ementa:

Escolha e formulação de um problema de pesquisa. Planejamento da pesquisa. Coleta de dados e métodos quantitativos. Análise e interpretação. Relatório de pesquisa.

Objetivos:

- Fornecer elementos básicos de metodologia e técnicas de pesquisas aplicáveis às atividades de Biblioteconomia.
- Fornecer conhecimentos do instrumental indispensável a pesquisas, além de técnicas que permitam construir critérios e índices para descrever uma realidade particular observada.

4. Processamento de Dados

Ementa:

Introdução ao estudo de processamento de dados. Tratamento da informação. Campo, registro e arquivos. Componentes de um computador. Linguagem de programação. Centro de processamento de dados. Estudo de viabilidade para implantação de processamento de dados numa organização.

Objetivos:

- Fornecer uma visão geral do processamento de dados e de seus equipamentos.
- Capacitar a compreensão dos requisitos para o emprego e a aplicação da computação eletrônica.

III. MATÉRIAS de FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1. Utilização da Informação

Ementa:

Informação: valor e utilização. Usuário: caracterização e com-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

portamento.

Objetivos:

- Oferecer uma visão dos sistemas de informação como instituições culturais e de transferência do conhecimento, centradas no usuário, com estudo dos elementos que o caracterizam.
- Proporcionar a aplicação dos conceitos relativos a geração, organização e consumo da informação registrada.
- Enfatizar o treinamento do usuário quanto à utilização dos recursos humanos e documentais, e à elaboração e divulgação de trabalhos.

2. Produção e Controle Bibliográfico da Informação

Ementa:

A situação editorial no Brasil: política editorial, produção, comercialização, distribuição e legislação. Barreiras nos meios de comunicação impressa no Brasil e no mundo. Direitos autorais. Controle bibliográfico: organismos nacionais e internacionais e instrumentos bibliográficos. Bibliografia geral. Bibliografia brasileira. Bibliografia especializada.

Objetivos:

- Identificar as funções dos sistemas de informação.
- Proporcionar uma visão de áreas parabiblioteconômicas tais como: impressão, editoração, etc., nos aspectos com implicações para o trabalho bibliotecário.
- Situar o trabalho profissional no contexto do fluxo das informações.
- Estudar os tipos básicos de obras de referência e os critérios para sua avaliação.
- Estudar as principais fontes de informação institucionais, individuais e bibliográficas brasileiras.
- Orientar a análise, avaliação e seleção nos principais repertórios em um campo especializado.

3. Administração de Sistemas de Informação

Ementa:

Teoria geral de Administração: princípios e técnicas. Aplica-

121



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

instrumental necessário à elaboração: a) de relatórios e projetos, bem como para comunicação com a administração superior e com os usuários dos serviços bibliotecários; b) de resumos e esquemas.

3. Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica

Ementa:

Escolha e formulação de um problema de pesquisa. Planejamento da pesquisa. Coleta de dados e métodos quantitativos. Análise e interpretação. Relatório de pesquisa.

Objetivos:

- Fornecer elementos básicos de metodologia e técnicas de pesquisas aplicáveis às atividades de Biblioteconomia.
- Fornecer conhecimentos do instrumental indispensável a pesquisas, além de técnicas que permitam construir critérios e índices para descrever uma realidade particular observada.

4. Processamento de Dados

Ementa:

Introdução ao estudo de processamento de dados. Tratamento da informação. Campo, registro e arquivos. Componentes de um computador. Linguagem de programação. Centro de processamento de dados. Estudo de viabilidade para implantação de processamento de dados numa organização.

Objetivos:

- Fornecer uma visão geral do processamento de dados e de seus equipamentos.
- Capacitar a compreensão dos requisitos para o emprego e a aplicação da computação eletrônica.

III. MATÉRIAS de FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1. Utilização da Informação

Ementa:

Informação: valor e utilização. Usuário: busca, seleção e com-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

portamento.

Objetivos:

- Oferecer uma visão dos sistemas de informação como instituições culturais e de transferência do conhecimento, centradas no usuário, com estudo dos elementos que o caracterizam.
- Proporcionar a aplicação dos conceitos relativos a geração, organização e consumo da informação registrada.
- Enfatizar o treinamento do usuário quanto à utilização dos recursos humanos e documentais, e à elaboração e divulgação de trabalhos.

2. Produção e Controle Bibliográfico da Informação

Ementa:

A situação editorial no Brasil: política editorial, produção, comercialização, distribuição e legislação. Barreiras nos meios de comunicação impressa no Brasil e no mundo. Direitos autorais. Controle bibliográfico: organismos nacionais e internacionais e instrumentos bibliográficos. Bibliografia geral. Bibliografia brasileira. Bibliografia especializada.

Objetivos:

- Identificar as funções dos sistemas de informação.
- Proporcionar uma visão de áreas parabiblioteconômicas tais como: impressão, editoração, etc., nos aspectos com implicações para o trabalho bibliotecário.
- Situar o trabalho profissional no contexto do fluxo das informações.
- Estudar os tipos básicos de obras de referência e os critérios para sua avaliação.
- Estudar as principais fontes de informação institucionais, individuais e bibliográficas brasileiras.
- Orientar a análise, avaliação e seleção dos principais repertórios em um campo especializado.

3. Administração de Sistemas de Informação

Ementa:

Teoria geral de Administração: princípios e técnicas. Aplica-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

conceitos das teorias de comunicação e da informação, e dos veículos de transmissão da informação.

4. Problemas Sócio-Político-Econômicos do homem brasileiro

Ementa:

A sociedade. Estratificação Social. O Estado. Capitalismo, e Socialismo. Ciência econômica e seu objetivo. Estrutura de mercado. A sociedade brasileira. Organizações profissionais.

Objetivos:

- Proporcionar uma visão da sociologia, da política e da economia como ponto de referência para compreensão do mundo contemporâneo.
- Orientar quanto às possibilidades de atuação e organização profissionais.

II. MATÉRIAS INSTRUMENTAIS

1. Psicologia Social

Ementa:

Fatores psicológicos básicos. Atitudes sociais. Ambiente social e cultural. Processos grupais e relações interpessoais. Liderança e participação. Relações humanas no trabalho. Ética profissional.

Objetivos:

- Desenvolver habilidades para trabalhar com grupos.
- Desenvolver atitudes profissionais.

2. Redação Técnica

Ementa:

Elementos e funções da linguagem. Linguagem técnica e linguagem científica. Tipos de redação. A língua como instrumento de informação e pesquisa.

Objetivos:

- Desenvolver a habilidade de expressão oral e escrita como



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

3. EMENTAS e OBJETIVOS das MATÉRIAS

I. MATÉRIAS de FUNDAMENTAÇÃO GERAL

1. Teoria do Conhecimento

Ementa:

O Conhecimento. Valor do conhecimento. História do conhecimento. Raciocínio. Investigação científica. Sistematização científica.

Objetivos:

- Orientar quanto ao valor e as formas do conhecer.
- Caracterizar etapas representativas do conhecimento na respectiva sociedade.
- Desenvolver o conhecimento das leis ideais do pensamento e a arte de aplicá-las corretamente à procura e à demonstração da verdade científica.

2. Registros do Conhecimento Humano e Sistemas de Informação

Ementa:

O conhecimento humano e os suportes da informação artística, científica e tecnológica. Origem e desenvolvimento dos sistemas de informação.

Objetivos:

- Proporcionar uma visão:
- da origem e evolução dos suportes da informação como reflexo da história da civilização;
- da evolução do conhecimento humano em suas diferentes manifestações;
- dos sistemas de informação através dos tempos.

3. Comunicação

Ementa:

Teoria dos signos. Processos de comunicação: a dificuldade de transmissão da informação em especial através da linguagem registrada.

Objetivo:

- Fornecer conceitos de signos e seus usos na comunicação;

Decreto proíbe novos cursos até fim de 82

Decisão pretende evitar o agravamento do desemprego

BRASILIA (Sucursal) — O presidente João Batista Figueiredo assinou decreto, ontem, suspendendo até 31 de dezembro de 1982 a criação de novos cursos de graduação nas universidades federais, estaduais e particulares, "como forma de evitar o agravamento do desemprego na área urbana". A medida, com base em exposição de motivos do ministro da Educação, foi sugerida diante da "imprevisão da evolução da conjuntura econômica nos anos 80 e a ênfase dada ao setor agrícola, que levará à dificuldade de empregos nos grandes centros".

Em sua exposição de motivos, acentua o ministro Rubem Ludwig, que "se por um lado não há condições de prever, com segurança, a evolução da conjuntura econômica brasileira ao longo da década de 80, por outro lado já se pode inferir que a moderação das taxas de crescimento e a ênfase dada ao setor agrícola criará, inevitavelmente, dificuldades de emprego para os trabalhadores urbanos, em particular para os profissionais egressos do ensino superior".

O ministro afirma, ainda, que essas dificuldades "já se manifestaram de forma aguda, mesmo em áreas tais como: Engenharia, Agronomia, Veterinária, Medicina, Odontologia e Arquitetura". Diz mais adiante que a tendência desses profissionais e das respectivas associações de classe será de combater o desemprego, assegurando oportunidades para os que já têm o diploma e evitando maior número de desempregados, contendo a expansão do sistema.

A exposição de motivos afirma ainda que no momento há uma insistente busca de mecanismos que elevem a qualidade do ensino e possibilitem maior integração do ensino superior com o de 1.º e 2.º graus, como contraponto à dimensão expansionista que tem gerado o fenômeno do desemprego de diplomados.

Destaca que o Conselho Federal de Educação, que tem situado a demanda de profissionais entre as condições de viabilidade de novas escolas e cursos, vem impelindo o crescimento da rede de ensino superior em certas áreas, sob o fundamento da existência de mão-de-obra no mercado respectivo.

Assigura a exposição de motivos que "o quadro que se esboça neste limiar dos anos 80 reflete os traços de uma conjun-

tura mundial em processo de reajuste e adaptação aos efeitos de alguns acontecimentos recentes, como a aceleração da inflação, o crescente desemprego, os desequilíbrios comerciais, a instabilidade do sistema monetário e o custo ascendente de alguns recursos naturais".

Conclui o documento acentuando: "O que importa, em qualquer hipótese, é que se exerça um efetivo controle da expansão das escolas e cursos e que as estruturas existentes sejam fortalecidas, de tal modo que seja alcançada, com maior segurança e a curto prazo, a tão desejada melhoria da sua qualidade".

O DECRETO

O decreto assinado pelo presidente Figueiredo, é o seguinte:

"Art. 1.º — Até 31 de dezembro de 1982, fica suspensa a criação de novos cursos de graduação nas universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior federais.

"Art. 2.º — Até a data a que se refere o artigo anterior, não será concedida a autorização do Poder Executivo Federal de que trata o artigo 47 da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968.

"Art. 3.º — A assistência financeira da União a estabelecimentos de ensino superior não federais ficará, no prazo indicado no artigo 1.º, condicionada à não criação de novos cursos.

"Parágrafo Único — A condição a que se refere este artigo constará do instrumento de contrato ou convênio que formalizar a concessão da assistência financeira.

"Art. 4.º — A partir da entrada em vigor deste decreto e até 31 de dezembro de 1982, fica suspensa a apreciação ou o recebimento, pelo Conselho Federal de Educação, de quaisquer pedidos de autorização de cursos de graduação e de funcionamento de universidades ou de estabelecimentos isolados de ensino superior.

"Art. 5.º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

ORIGENS

Para quem vem acompanhando a gestão do ministro Rubens Ludwig, a assinatura do decreto que suspende a criação de novos cursos no ensino superior até o final de 1982 — não foi surpresa: desde que assumiu o cargo, ele vem se manifestando contra a expansão indiscriminada de cursos, que, a seu ver, não estava levando em conta neces-

sidades reais do mercado de trabalho. A preocupação não é nova. Ainda na gestão do ministro Eduardo Portela foram tomadas algumas medidas restritivas à expansão do 3.º grau, mas nenhuma com o impacto e os efeitos do decreto agora assinado.

Segundo o porta-voz do Ministério da Educação e Cultura, Antônio Praxedes, a suspensão solicitada pelo ministro ao presidente João Batista Figueiredo tem como objetivo principal dar tempo suficiente aos especialistas do MEC para "estudar e adequar a formação em nível de 3.º grau a realidade brasileira, especialmente no que se refere à absorção dos concluintes de nível superior pelo mercado de trabalho". Isto é: mantendo-se a formação de profissionais nos níveis atuais, sem aumentos, acredita o MEC que será possível reduzir o nível de desemprego entre os portadores de grau universitário.

ESVAZIAMENTO DO CFE

Ao mesmo tempo, Antônio Praxedes observou que, a partir da entrada em vigor do novo decreto, o Conselho Federal de Educação passará a atuar como um órgão voltado para a discussão da qualidade do ensino superior, e não para a sua expansão indiscriminada: "A partir de hoje, todos os processos de reconhecimento e autorização de funcionamento de novos cursos e escolas em trâmite no CFE morrem", disse ele.

Também isso não chegou a surpreender. Na verdade, há cerca de 15 dias já circulavam pelo MEC notícias a respeito de um esvaziamento do CFE — falava-se na desativação do trabalho executivo do colegiado, que passaria a atuar como órgão de assessoramento do ministro da Educação, isto é, verdadeiramente como um Conselho. A suspensão de criação de novos cursos e escolas reduz o trabalho do CFE em pelo menos 60%, já que a grande maioria de processos estudados pelo colegiado refere-se, exatamente, à autorização para funcionamento de novos cursos ou escolas e seu reconhecimento.

O percentual de trabalho, porém, não é proporcional à perda de poder dos conselheiros nos meios educacionais. Restritos agora à discussão dos problemas da Educação, da aplicação de uma ou outra norma legal e de questões técnicas, eles ficam sem o instrumento que os tornava personagens das mais poderosas dentro do sistema.